

O QUE É E COMO SURTIU A SOCIOLOGIA RURAL

José Arthur Rios
Sociólogo

No seu livro clássico que por si mesmo representou um marco na história da ciência, Sorokin deixou claro que as primeiras preocupações com a sociologia da vida rural datavam do século XVII: "Na Europa os primeiros doze séculos da Idade Média deixaram poucas obras que tratem dos nossos problemas, ainda que de maneira geral. Há poucas fontes em que se encontram algumas descrições concretas das características da classe camponesa, dos trabalhadores livres ou dependentes dos Senhores, mas em nenhuma se nota qualquer esforço para estabelecer generalizações. Embora valiosas para o historiador das classes agrícolas, são inúteis para nosso propósito. Somente a partir dos séculos XIII e XIV, na Europa, encontramos, ao acaso, algumas observações que tendem a aumentar em número e grau de generalidade. A partir daí, no entanto, até o século XVII não encontramos qualquer indicação substancial dos princípios e teorias da sociologia rural ou urbana. Somente depois desse século essas teorias vão começando a aparecer e a desenvolver-se".¹

Entre as contribuições dessa época, Sorokin inclui os economistas da escola fisiocrática, os aritméticos, políticos e camarálistas dos séculos XVII e XVIII, alguns pensadores ingleses proeminentes da mesma época, tais como David Hume, Adam Smith e Thomas Malthus; os três pensadores franceses do Iluminismo no século XVIII — Voltaire, Montesquieu e Rousseau e, final-

mente, os três publicistas que, por sua vez, fundaram as bases políticas da nação norte-americana, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson e Alexander Hamilton.²

Por mais luzida, no entanto, que seja essa ascendência, não se pode qualificar nenhum desses vultos como sociólogos, nem sequer como estudiosos da sociedade rural. Foram, quando muito, pensadores sociais ou economistas, preocupados, no contexto dos seus problemas, com as relações humanas na agricultura ou versando questões suscitadas pela propriedade da terra. Razão forte para isto é a própria inexistência de uma sociologia que só passou a caracterizar-se como ciência a partir do século XIX, recebendo o atestado de nascimento das mãos de Augusto Comte.³

E' evidente que não poderemos retrair as origens da sociologia rural se não começarmos por uma definição muito clara do seu conteúdo e objetivo. Nessa definição, devemos desde logo discriminar o principal do acessório. A sociologia rural é uma ciência ou um campo científico ligado à sociologia geral. Isto porque pretende aplicar ao estudo de seus problemas os mesmos métodos, comuns a todas as ciências e, mais ainda, aquelas técnicas de pesquisa específicas da sociologia que visam o estudo sistematizado das relações entre os homens, pelo fato de viverem em coletividades ou grupos, e as mudanças que daí decorrem no seu comportamento.⁴

A sociologia rural é, portanto, um campo de estudo da sociologia geral, por isso também chamada sociologia da vida rural. Na definição de um de seus mais autorizados mestres é "o gênero sistematizado de conhecimentos que resultam da aplicação do método científico ao estudo da sociedade rural, de sua organização e estrutura e de seus processos".⁵

Dá não se entende, nem é essa a intenção do autor citado, que a sociologia rural seja uma especialização criada pelo simples fato de viver o homem numa área de características ecológicas ou geográficas distintas da cidade. Não há dúvida que a vida no campo e a prática milenar da agricultura marcou, até época bem próxima, as populações rurais com certas características específicas. Sabemos, no entanto, que esses traços, como todos os caracteres adquiridos, não seriam suficientes para autorizar um ramo tão importante da ciência social, pois não se conseguiu até hoje provar que se transmitam hereditariamente.

Acontece que, além dessa constância de fenômenos e processos sociais na vida rural, através dos tempos, dela resultam, como da atividade agrícola, certas situações especiais cujo estudo constitui o objeto próprio da so-

sociologia rural. São elas, por exemplo, o tipo de povoamento, a natureza dos títulos de propriedade e do sistema de demarcação da terra, os sistemas agrícolas e toda a série de traços sociais e culturais ligados à propriedade da gleba e ao trabalho agrícola e aos quais se atribui o adjetivo *agrário*.⁶

Esse conteúdo da sociologia rural certamente pode diversificar-se conforme o tempo e a situação analisados. Ele se fundamenta, principalmente, em certas diferenças entre a cidade e o campo, embora, como assinalam certos autores, não se achem estas devidamente marcadas e até mesmo nas sociedades modernizadas de nosso tempo, tendam a esbater-se. Diz ainda o autor citado: "Na realidade, a sociedade não se encontra dividida em duas porções claramente diferenciadas, uma urbana e outra rural, mas deve ser comparada a um sistema solar, no qual os elementos claramente identificados como rurais se encontram num extremo, enquanto os visivelmente urbanos se acham no extremo oposto. Assim, desde o ponto de vista do tamanho da comunidade, da importância relativa das atividades agrícolas e pastoris, do grau de diferenciação social ou de qualquer outro dos demais critérios que podem usar-se para distinguir entre o rural e o urbano, as características rurais diminuem ou aumentam as urbanas. . ."⁷

Assim, para o mestre da sociologia rural americana não existe um grau definitivo de urbanização ou de ruralização, e sim um fluxo de características em que o rural e o urbano em vez de constituírem simples partes de uma dicotomia, tendem a situar-se ao longo de uma escala, num extremo da qual se colocam os povos mais primitivos, os pastores e agricultores nômades, os coletores, enquanto no outro se escalonam as sociedades urbanas modernas nas quais, graças às formas de produção e distribuição, de um lado, e a um tipo de tecnologia, o rural se encontra numa teia de relações altamente urbanizadas.

Daí as dificuldades encontradas pelos sociólogos para caracterizar o que é puramente urbano ou rural numa sociedade moderna. O problema só se simplifica nos agrupamentos primitivos, ainda desvinculados das sociedades globais internacionais e naquelas sociedades agrárias que ainda perduram em nosso mundo altamente industrializado e tecnificado.

No caso do Brasil, a distinção entre urbano e rural tem que seguir uma escala de traços flutuantes, levando em conta o caráter predominante da nossa sociedade, ao mesmo tempo, de extrema variedade regional e contemporaneidade de sociedades historicamente diferenciadas. O Brasil oferece enorme riqueza de regiões e sub-regiões em que o rural e o urbano se encontram dosados e relacionados das mais diversas maneiras e, ao mesmo tempo,

apresenta um escalonamento de sociedades históricas que vai desde a idade da pedra, no caso das comunidades indígenas, até a sofisticação dos grandes centros em torno dos quais a sociedade rural tende a gravitar e organizar-se de forma cada vez mais complexa e dependente.

Geralmente os autores dividem o conteúdo da sociologia rural em três grandes campos: 1) a *população rural*, seu número, distribuição, desenvolvimento, composição, características físicas e psicológicas, sua saúde e educação, assim como seu dinamismo ou seja — os processos vitais de natalidade, morbidade e mortalidade; e seus deslocamentos no espaço, ou seja as migrações.

Outro grande campo é 2) a organização rural que abrange:

a) a ecologia rural, os tipos e padrões de povoamento, os tipos de aglomerado e de comunidade;

b) as relações institucionais entre o homem e a terra que hoje tendem a constituir um sub-ramo da sociologia rural, mais conhecido como sociologia agrária, ou seja, as normas e aspectos da fixação da população à terra, as divisões e títulos de propriedade, as características da posse e ocupação, o tamanho das glebas e os sistemas agrícolas;

c) a morfologia social que abrange todo o estudo da diferenciação e da estratificação social, das classes e camadas em que se distribui a população do campo, e ainda,

d) as principais instituições sociais, a família, a escola, as filiações religiosas e instituições de administração e governo, todas elas analisadas do ponto de vista das características específicas que resultam de sua implantação no meio rural.

3) Finalmente, a sociologia rural abrange toda a dinâmica social, isto é, todos os processos sociais que envolvem competição, conflito, cooperação, acomodação, assimilação e culturação e mobilidade social. Não é preciso dizer que se trata aí da mudança social e dos fatores que influem na personalidade humana e de toda a problemática social (crime, prostituição, alcoolismo, etc.) que costuma acompanhar esses processos.⁸

Esse esquema clássico constituiu o núcleo dos estudos de sociologia rural, tal como aparece nos autores que lançaram as bases científicas dessa disciplina.⁹ É interessante, no entanto, notar que esse esquema vem sofrendo ultimamente algumas mudanças, ao influxo de certos problemas ou de certos interesses de estudiosos, ou ainda por influência de certas disciplinas no conjunto das ciências sociais. No esquema clássico, nota-se nitidamente,

nem seria preciso indicá-lo, a contribuição de algumas dessas ciências, da demografia, por exemplo, da psicologia social e da antropologia social. Hoje, dado o intercâmbio mais intenso e a influência recíproca entre esses diversos ramos de estudo da sociologia, nota-se nitidamente a formação de novas áreas de interesse.

E' o caso, por exemplo, da *sociologia agrária* que se vincula intimamente à economia agrária e às ciências jurídicas, principalmente ao direito civil e ao direito agrário, este por sua vez resultante da combinação de um direito da propriedade agrária, de um direito trabalhista e hoje de um direito da cooperação. E' o caso da *sociologia do desenvolvimento rural* que procura analisar as transformações das comunidades e zonas rurais à luz dos processos de desenvolvimento que atuam em todo o grupo social e se especificam nas áreas urbanas e rurais. Esse ramo vem sendo cultivado com grande interesse nos países em desenvolvimento, e pode-se afirmar que o Brasil é um pioneiro nesses estudos. O estudo das comunidades rurais é outra área intensamente cultivada em nosso país e que representa uma especialização da sociologia rural. Finalmente, não se pode deixar de mencionar o estudo sociológico do planejamento rural, de sua natureza e de seus efeitos, hoje capítulo obrigatório nos livros da moderna disciplina.

Definido, portanto, o conteúdo da sociologia rural e fixadas suas diretrizes, podemos datar sua origem das últimas décadas do século XIX. Foi, nos seus primórdios, uma disciplina tipicamente americana. Com isto, não queremos excluir os precursores ou cultores europeus, mas precisar que foram os problemas do continente americano que determinaram uma nova orientação nas reflexões dos pensadores e cientistas sociais, especificamente voltada para os problemas rurais. Não se trata, muito menos, de propor um modelo único a ser seguido, mas de descrever um caso curioso de avanço científico planejado.

O interesse na sociologia rural, nessa fase inseparável da sociologia geral, é despertado, na América do Norte, por uma série de preocupações filosóficas e humanistas. E' impossível ignorar os fatores sociais que precederam a esse despertar. Nessa época tendia a esgotar-se o patrimônio das terras incultas e faziam-se sentir os primeiros estrangulamentos da civilização industrial. A intensa migração do campo para as cidades criava problemas de despovoamento que atingiam em cheio as instituições rurais, principalmente as escolas e igrejas.

A pressão desses fatos foi suficiente para desencadear um movimento que partiu de ministros de várias religiões e que visava o estabelecimento de cursos sobre problemas sociológicos rurais em várias universidades.

Foi assim que nos últimos decênios do século XIX começaram a aparecer quase simultaneamente cursos de sociologia rural em várias universidades americanas, como Chicago e Colúmbia. Nesta, ministrava-os Franklin H. Giddings, que despertou grande interesse entre os pós-graduados para o estudo sociológico das comunidades rurais.

É bem característico que o mundo rural entrou na área das preocupações científicas, primeiro como problema. Foi essa atmosfera que levou o presidente Theodore Roosevelt a criar a Comissão da Vida Rural, da qual se pode datar o desenvolvimento sistemático das investigações e do ensino da sociologia rural nos Estados Unidos. Ao designar os membros dessa comissão, na qual apenas um poderia ser considerado como sociólogo rural, o Presidente declarou: "A agricultura não é tudo na vida rural. Os grandes interesses rurais são interesses humanos, e as boas colheitas pouco valor terão para os camponeses se não lhes derem a oportunidade de lograr um gênero de vida adequado ao campo".¹⁰

Essa comissão redigiu um relatório que, publicado pela primeira vez em 1909, recomendava três medidas características da nova mentalidade que despontava na solução dos problemas do campo: o estudo intensivo das condições que presidem à agricultura e à vida do camponês; a ampliação em âmbito nacional dos serviços de extensão rural e uma campanha em prol do progresso do agro.¹¹

Todos os esforços registrados na década de 1910 a 20 representaram tentativas para concretizar essas recomendações, entre elas cursos e conferências de que surgiram os primeiros inquéritos, singularmente vinculados a ministros de igrejas protestantes. Um deles, discípulo de Giddings, foi responsável pelos inquéritos sobre a vida rural, patrocinados pelo grupo presbiteriano. Charles Otis Gill realizou vários estudos visando a identificar causas do declínio da prática religiosa em certas zonas rurais americanas.

Nos anos de 1914 a 18 esses pastores protestantes estimulados pelo Movimento Mundial de Igrejas, organizaram, em grande escala, um estudo da vida rural norte-americana. Cerca de oito mil pessoas, das quais sete mil eram ministros, trabalharam nessa investigação que frutificou num instituto de pesquisas religiosas organizado em 1921. Outras associações de fins diversos e de caráter oficial também contribuíram para o desenvolvimento da nova ciência.

Três são as fases mais importantes na evolução da sociologia rural. Na primeira (1916 a 1920) o fato mais importante foi o estudo de Galpin, sobre a anatomia social de uma comunidade agrícola, publicado no Boletim da Es-

tação Agrícola Experimental de Wisconsin.¹² O estudo de Galpin teve o mérito de revelar a importância da comunidade e as linhas essenciais de sua estrutura. Graças a este estudo, Galpin foi mais tarde incumbido de criar no Departamento de Agricultura a Divisão de População Agrícola e Vida Rural.

Em 1917, um pequeno grupo de educadores constituiu a Comissão da Vida Rural da qual surgiu a Associação Nacional de Vida Rural, cujas atividades de 1920 a 1930 estão intimamente ligadas ao avanço da disciplina.

Esta fase inicial se caracteriza ainda pelos primeiros cursos ministrados que coincidem com os primeiros oferecidos em sociologia. Desses cursos, proferidos em universidades resultou o primeiro acervo de estudos oriundos de notas de aulas, programas e bibliografias. Esses só se sistematizaram depois de 1920 mas as primeiras obras saíram muito antes dessa data sob forma de teses e dissertações. Assim, na Universidade de Columbia a orientação de Giddings resultou em três dissertações para doutorado apresentadas por James M. Williams, Warren H. Wilson e Newell L. Simms. Todas se referem ao estudo de comunidades rurais.

Na mesma época era eleito presidente da Sociedade Americana de Sociologia, George Vincent, um dos organizadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Não é de estranhar, portanto, que o tema da 11a. reunião da sociedade, em 1916, fosse a sociologia da vida rural. Completando esse conjunto de fatos auspiciosos para a nova disciplina surgem os primeiros livros didáticos, assinados por Gillette e Vogt.

Data, porém, de 1920 o pleno desenvolvimento da disciplina, quando se define o seu conteúdo. Um dos primeiros marcos dessa fase foi a iniciativa de Galpin no seu novo cargo de utilizar parte do seu orçamento em projetos cooperativos nos quais participavam sociólogos de todo o país interessados na vida rural.

O efeito dessa política não se fez esperar. As universidades de Wisconsin e Cornell conseguiram produzir, mais que quaisquer outras, através de suas respectivas estações agrícolas experimentais, um grande acervo de monografias sobre a vida rural. Foi essa ajuda financeira que alimentou a maior parte dos estudos realizados em universidades americanas até 1932. Graças ainda aos esforços de Galpin introduziu-se a categoria "rural-agrícola" nas tabulações do censo demográfico norte-americano de 1930, permitindo análises posteriores.

Outra figura singular desse período (1920 a 1930) é Edmund S. Brunner que, na qualidade de diretor do Instituto de Pesquisas Sociais e Religiosas utilizou recursos do Movimento Mundial de Igrejas para realizar estudos de sociologia rural, orientados, principalmente, para 140 comunidades agrícolas. Em 1930, aproximadamente, esses estudos já estavam quase todos concluídos e constituem, com a segunda análise efetuada em 1936, a mais ampla pesquisa até hoje realizada sobre mudança social rural.

De 1925 é também a Lei Purnell, votada pelo Congresso Americano e que teve grande importância no desenvolvimento dos estudos rurais. Reforçando os recursos distribuídos às estações agrícolas experimentais, veio destiná-los, não só à sociologia rural como à economia agrícola, ao estudo de mercado e à economia doméstica. A singularidade desse instrumento legal é que, pela primeira vez, autorizava-se a utilização desses recursos não só para a aplicação de técnicas agrícolas mas para estudos sociológicos. Por outro lado, isso tornou possível que as estações agrícolas empregassem sociólogos rurais o que representava o reconhecimento nacional da sociologia rural como instrumento importante do desenvolvimento agrícola norte-americano.

No entanto, a Lei Purnell não teve o mesmo efeito por toda a parte. Houve Estados em que os estudos da vida rural sofreram retrocesso, o que merece reflexão. Nem todos os centros estavam equipados para aplicar esses recursos que só atingiram pleno rendimento quando, em 1927, o Conselho de Pesquisas de Ciências Sociais iniciou um programa de bolsas destinadas à formação de sociólogos rurais e economistas agrícolas para que ocupassem os postos criados nas estações experimentais. Dessas bolsas surgiram os nomes mais significativos da sociologia rural no período seguinte, tais como C. Arnold Anderson, Howard W. Beers, Charles F. Loomis, T. Lynn Smith, Nathan L. Whetten e muitos outros.

São dessa época as primeiras tentativas de síntese, como o livro de Gillette e a primeira edição das obras de Taylor e Simms. O coroamento dessa fase no entanto, se encontra na obra de Sorokin e Zimmerman, *The Principles of Rural Urban Sociology*.

Como se verifica, esse desenvolvimento da sociologia rural resultou de uma estratégia consciente, na qual cabe ressaltar alguns fatores importantes: (a) o aparecimento de uma problemática que exige pronta resposta dos administradores e provoca a reflexão dos intelectuais; (b) a criação de centros de estudos importantes; (c) a disponibilidade de recursos que possibilitam uma resposta intelectual a esses problemas e finalmente (d) o aparecimento de personalidades decisivas.

Tudo isso se reflete na maturidade da disciplina e sua expansão universal, que ocorre principalmente entre 1930 e 1945. Uma das características dessa fase é o trabalho de síntese do imenso material coletado nos estudos e pesquisas dos anos anteriores. Além da obra clássica de Sorokin outro marco é o seu esforço de sistematização de dados no qual teve a colaboração de Zimmerman. Por outro lado, a publicação dos resultados do estudo das 140 comunidades agrícolas por Brunner e Kolb, *Rural Social Trends* (1933) estruturava e sedimentava definitivamente a ciência. Em 1940 as obras de Landis e de Lynn Smith aprofundavam e sistematizavam toda essa massa considerável de informações quantitativas e qualitativas. O que é impressionante nesse período, e outro aspecto a frisar, é a intercadência e o entrelaçamento de estudos e análises de caráter monográfico, incluindo pesquisas de campo, e de obras de síntese como as de Sanderson e Zimmerman.

Graças a tudo isso a política do *New Deal* do Presidente Roosevelt pôde sofrer rápida implantação no meio rural. Em 1933, Dwight Sanderson era designado coordenador das pesquisas rurais dentro da Administração Federal de Socorros de Emergência. Sanderson tinha a missão de aperfeiçoar um órgão capaz de reunir e analisar rapidamente os dados necessários à elaboração de programas de ajuda ao campo e confiou essa tarefa aos sociólogos rurais dos diversos Estados, aos quais forneceu amplos recursos. Com isso se pretendia dois tipos de pesquisa: a execução, nas áreas escolhidas, dos planos traçados a nível nacional; e projetos locais previamente aprovados. Daí resultaram centenas de artigos e monografias produzidos pelas estações experimentais, mais tarde publicados pela Administração do Trabalho (Work Progress Administration). Isso sem falar nos benefícios que o programa acarretou para o treinamento de jovens investigadores. Esse programa de ajuda constituiu praticamente a espinha dorsal dos estudos de sociologia rural de 1933 a 1936.

Foi assim que diversos sociólogos rurais passaram a assumir cargos de importância no Departamento de Agricultura, e em outros serviços. É o caso de Taylor, por exemplo, cuja atividade na Divisão de População Agrícola e Vida Rural constituiu o fator mais importante da realização de pesquisas nessa fase. Daí surgiram as monografias publicadas na série "Cultura de uma Comunidade Rural Contemporânea" e assinadas pelo próprio Taylor, Loomis, Shuler, Leonard e outros.

Essa atuação simultânea de professores universitários dotados de formação científica, no campo das ciências sociais e através de posições-chave no serviço público, abriu à sociologia rural possibilidades de aplicação e verificação científica sem precedentes. É dessa fase a fundação da revista

Rural Sociology e a organização da Sociedade Americana de Sociologia Rural. A criação dessa sociedade em 1935 é um dado importante e expressivo, porque resultou da marginalização que os sociólogos rurais julgaram sentir na Sociedade Americana de Sociologia, gerando uma crise nesta última.

E' ainda nesse período que tem início o trabalho de alguns profissionais americanos no estrangeiro, difundindo em outros países os métodos e técnicas da disciplina.

Após a segunda guerra mundial alguns deles se dedicaram intensamente a esse tipo de atividade do qual resultaram algumas obras decisivas para a compreensão de outras sociedades rurais. Foi assim que, pouco depois de 1920, F. C. Branson recolheu as primeiras observações sobre a sociedade rural européia; Terpening realizou um estudo sistemático de padrões de povoamento europeu comparando-os com os norte-americanos; Zimmerman estudou a organização social rural e os níveis e padrões de vida do Sião. Em 1934, esses mesmos sociólogos integravam a comissão enviada a Cuba pela Associação de Política Externa do que resultou seu estudo sobre a família rural na ilha.

Foi este o primeiro passo para os estudos de sociólogos norte-americanos sobre a vida rural dos países latino-americanos. Em 1935, Zimmerman e Lynn Smith empenhavam uma viagem de estudo ao México e em 1938 graças a bolsas da Fundação Julius Rosenwald, Smith realizava uma viagem na América do Sul lançando as bases do que viria a ser a obra de toda uma vida dedicada ao estudo dos problemas rurais sul-americanos. Não só procurava informar-se sobre os problemas existentes como estabelecia relações e contatos com estudiosos desses países. Foi dessa viagem que resultou o contrato do antropólogo brasileiro Arthur Ramos como professor visitante na Universidade da Louisiana (1940 a 1941) e ainda o curso sobre Instituições Latino-Americanas que Smith passou a oferecer nessa Universidade. Parece ter sido este o primeiro curso de sociologia dedicado aos países do sul do continente ministrado nos Estados Unidos.

Durante a guerra, o Departamento de Estado norte-americano decidiu enviar três sociólogos rurais às Embaixadas de Buenos Aires, México e Rio de Janeiro a fim de que realizassem estudos sistemáticos sobre a vida e a sociedade rural na Argentina, México e Brasil. Taylor, Whetten e Lynn Smith foram, respectivamente, os escolhidos; dessa permanência resultaram três livros fundamentais para a compreensão da vida rural desses países. Em 1945 Nelson recebeu idêntica designação para Cuba, acrescentando mais um livro à bibliografia de língua inglesa sobre a sociedade rural latino-americana.¹³

Essas designações nasceram de uma atmosfera que deu também origem às atividades técnicas de cooperação conhecidas como programa do Ponto IV e resultaram da convicção do então Diretor dos Serviços de Extensão Agrícola, de que os sociólogos rurais poderiam desempenhar papel importante no aceleração dos processos de difusão das técnicas agrícolas. Daí a missão de Loomis no Peru, El Salvador e México e sua designação em 1944 com Ollen E. Leonard para atividades na Divisão de População Agrícola e Vida Rural.

A todas essas atividades somam-se as experiências colhidas durante a II Guerra Mundial pelos sociólogos rurais que prestaram serviços às Forças Armadas, de que resultaram atividades profissionais de assessoria a países estrangeiros na fase de recuperação do pós-guerra.

Preparava-se dessa forma a oportunidade para que a sociologia rural de tipo americano se expandisse a outros países, fertilizando outros métodos e alimentando novas experiências. É o que vai ocorrer de 1946 a 1956. Nos Estados Unidos houve um processo curioso de concentração dessa atividade disciplinar nas Escolas de Agricultura e principalmente nas Estações Agrícolas Experimentais das quais continuou a sair, em forma de monografias, relatórios, etc., a grande massa da bibliografia. A tal ponto que, em 1956, é só nas Universidades de Colúmbia, Flórida e Harvard que se encontram programas de alguma importância sobre ensino e pesquisa da sociologia rural. Houve também considerável refluxo depois de 1945 nas atividades de pesquisa sociológica dos diversos organismos federais, o que se explica principalmente pelos cortes orçamentários e pelos desmembramentos administrativos que acarretaram a estagnação de certos serviços.

Do mesmo passo verifica-se um deslocamento de interesses. Os estudos sobre a Igreja e a família, bem como os de níveis e padrões de vida cederam lugar nitidamente a preocupações com a organização social rural, sobretudo a comunidade de vizinhança, população, estratificação social, relações entre o homem e a terra, participação social e mudança social.

Quanto aos novos campos de estudo que se abrem depois da Segunda Guerra os principais versam aspectos de saúde e serviços médicos, difusão de técnicas agrícolas, envelhecimento e aposentadoria, suburbanização e a sociedade rural em outros países. Outro foco de interesses passou a ser a natureza dos processos sociais de comunicação, filão, que segundo tudo indica, continuará a ser explorado.

O crescimento e expansão das cidades e a invasão de áreas agrícolas, criando problemas de suburbanização, vêm, do mesmo modo, atraindo cada

vez mais a atenção dos sociólogos, principalmente no que diz respeito a formas rurais e urbanas de povoamento que, ao que parece, deverão predominar no futuro.

Todo esse trabalho está exigindo novas sínteses, insistentemente pedidas pelos grandes mestres da disciplina, já que as das décadas de 30 e 40 estão se revelando cada vez mais insuficientes para abranger os novos problemas suscitados pela mudança social e, principalmente, para sistematizar, de forma comparativa, os dados e estudos sobre as sociedades subdesenvolvidas.

Ao contrário da americana, a sociologia rural européia procurou fugir à fatalidade de tornar-se uma mera sociologia da agricultura. Para isso diversos fatores contribuíram, a começar pelo próprio cenário rural europeu, de passado secular, constituído de civilizações superpostas e de uma rica arqueologia. Essa dimensão histórica é fundamental na compreensão da maneira européia de tratar a disciplina. Além disso, a Europa contava há séculos com um tipo de povoamento concentrado, a aldeia, inexistente na América, fora dos agrupamentos indígenas e onde, apesar de sua breve aparição em certa fase da história colonial, não prevaleceu. Inexistente na América portuguesa e espanhola, marca a forma da comunidade rural européia, dando-lhe características intransferíveis para o Novo Mundo.

Daí, em contrapartida, a necessidade que os sociólogos europeus logo sentiram de vincular o estudo da vida rural a uma visão global de suas respectivas sociedades; e por outro lado de enriquecê-la com a contribuição de outras ciências sociais, como a economia agrária, o direito, a geografia, a psicologia, a demografia e a etnologia. É preciso frisar que os primeiros estudos rurais interdisciplinares foram europeus.¹⁴

Esse dado é muito importante para a América Latina, onde a introdução de uma sociologia agrícola especializada representa uma tentativa artificial e "importada". Nesse ponto, não há como fugir à opção claramente delineada por Henri Mendras: "Se não a limitarmos a uma sociologia agrícola especializada, a sociologia rural terá de se definir por seu campo de estudo, as sociedades rurais, e exigirá o concurso de todas as ciências sociais para chegar a uma integração dos diversos aspectos da vida rural. Nessa perspectiva, ao sociólogo rural se atribui uma dupla tarefa: de um lado estudar os aspectos da sociedade que se prendem a seu trabalho ou suas especialidades, e, por outro lado, reinterpretar e integrar nesse ponto de vista os dados que lhe fornecem os pesquisadores das outras disciplinas".¹⁵

Embora se possa admitir que o eminente sociólogo rural francês pensasse em seu país ao redigir essas linhas, ou, quando muito, procurasse estabelecer uma premissa que pudesse ser generalizada aos países de campesinato tradicional, não há dúvida que sua afirmativa pode estender-se a todas as sociedades em que a vida rural não seja apenas um setor da economia agrícola, agro-industrial ou semi-agrícola, mas corresponda a um modo tradicional de viver e sentir, profundamente arraigado na história coletiva. É por isso que países como os latino-americanos onde não existe um campesinato propriamente dito, onde a designação de "camponês", corrente na literatura ideológica, não tem sentido sociológico, possuem, no entanto, uma tradição rural secular que exige da mesma maneira um estudo global, e justifica, como na Europa, as monografias de comunidade.

A existência ou não de uma sociedade rural não é, portanto, problema secundário, ainda que se afirme que ela só existe polarizada para as cidades, em relação às quais se define, como é o caso da maioria dos países latino-americanos.¹⁶

Os trabalhos dos sociólogos rurais têm resultado, recentemente, em quatro tipos de contribuições: 1) compreensão dos aspectos estáveis ou mutáveis da sociologia rural; 2) análise conceitual e modelos teóricos de ampla aplicação; 3) inovações em métodos de pesquisas; e 4) assistência na formulação de uma política de governo para a vida rural.¹⁷

Esses interesses, como veremos, repercutem na América Latina, especialmente no Brasil, pela influência inevitável dos centros de treinamento e, sobretudo, pelos modelos internacionais transmitidos através dos empréstimos de governo a governo, e das organizações internacionais de ajuda e assistência técnica. Dessas vertentes da cooperação internacional, defluem sobre os países beneficiários não só os recursos financeiros mas a forma de aplicá-los, e todo o instrumental de execução e avaliação de projetos. O Brasil não fugiu à regra, como veremos ao analisar a origem da sociologia rural entre nós.

Queixam-se alguns autores modernos "da pobreza de contribuições teóricas e da metodologia",¹⁸ o que nos parece resultar de um enfraquecimento das relações entre a sociologia rural e a sociologia geral ou global. Com o progressivo recesso da geração de Sorokin e outros "globalistas", a sociologia rural parece cair num operacionalismo que, segundo Loomis, teria sido alguns decênios atrás padrão de glória, mas que hoje ameaça arrastá-la à vala comum das aplicações instrumentais. Há sessenta anos, a pesquisa de Galpin, por exemplo, contribuiu para o amadurecimento da escola ecoló-

gica de Chicago e de toda uma literatura sobre comunidades, dando azo a contribuições teóricas da maior importância.¹⁹

Se é verdade que a sociologia rural nasceu empiricamente orientada, isso não parece ter paralisado decênios atrás sua veia teórica e globalizante. Hoje, no entanto, a mesma tendência parece resultar num fenômeno de provincialismo, às vezes até em verdadeiros estrangulamentos, o que é transparente nos estudos de comunidade que, na medida mesmo de sua multiplicação, parecem ter se fechado num verdadeiro engarrafamento teórico, sem chegar a sínteses significativas. A disciplina parece atravessar um período de confinamento, tornando-se mero campo de pesquisas de organismos agrícolas e estações experimentais, sem beneficiar-se das influências de outras disciplinas sociológicas e do avanço das outras ciências sociais.

Talvez tenha sido exatamente esse isolamento que determinou a migração de alguns sociólogos rurais, procedentes de matrizes globalistas e saudosos de suas origens, para outros campos de maior integração, como a sociologia do desenvolvimento ou a sociologia agrária, o que vem acontecendo nos países em desenvolvimento, onde é difícil (é o caso do Brasil) encontrar sociólogos rurais especializados.

Se percorrermos a lista de projetos de sociologia rural que recebem financiamento federal nos Estados Unidos, nela é fácil identificar os focos atuais de interesse e a evolução do campo disciplinar. Nota-se, por exemplo, maior ênfase na difusão de práticas agrícolas que se antepõem a tudo mais, mesmo aos estudos clássicos de demografia, vindo a seguir os estudos dos grupos rurais e da participação social, avaliação de programas de governo, estudos de mão-de-obra, de comunidade, saúde e previdência social. É opinião dos estudiosos americanos que essa dispersão de assuntos reflete a organização administrativa das Escolas Superiores de Agricultura.

Ao contrário, parecem estar passando a segundo plano os estudos sobre demografia e migrações, regionalismo e ecologia, igreja, juventude, posse e propriedade da terra, grupos étnicos e níveis de vida, enquanto aumenta o interesse nas áreas de educação, dependência a sociedades estrangeiras, saúde e difusão de práticas agrícolas. Através do tempo, não parece ter diminuído o interesse nos estudos de comunidade, de participação social, de extensão agrícola, de estratificação, as pesquisas sobre habitações, atitudes, família e metodologia.

Uma das características mais curiosas da sociologia rural americana, quase inconcebível para o seu colega europeu e latino-americano, é o desin-

teresse pelos estudos da história social rural. Nesse sentido, as obras de Taylor e Lynn Smith constituem notáveis exceções. Outra omissão curiosa nesse monumental conjunto de estudos e pesquisas são os de interesse direto para a formulação de políticas.²⁰

Pode-se considerar o desenvolvimento da sociologia rural na Europa como fenômeno recente, se não levarmos em conta a rica tradição dos estudos agrários e os trabalhos monográficos da escola de Le Play. Talvez fosse melhor dizer que recentes, recentíssimos, são os estudos de sociologia rural inspirados no modelo empírico norte-americano. Quase todos datam da Segunda Grande Guerra. Esses primeiros ensaios europeus têm para o Brasil grande importância porque aparecem impregnados de história, ao contrário da sociologia rural norte-americana que já foi acusada de não ter uma "arqueologia".²¹

Em países mais próximos de nós, como Portugal e outros da área mediterrânea, pouco se encontra ainda em matéria de trabalhos que possam caracterizar-se metodologicamente como sociologia rural.²² São monografias regionais, sobretudo de orientação econômica, sobre comunidades de agricultores, pesquisas familiares visando ao estudo das condições de vida na exploração agrícola e na atividade dos trabalhadores rurais. Esses estudos vêm somar-se a um grande acervo de pesquisas de caráter antropológico, histórico, ecológico, demográfico e geográfico. Segundo afirmativa de Castro Caldas, em estudo recente, foi a pesquisa de tipo econômico e agrário que preparou o caminho da sociologia rural, respondendo a uma concepção de economia que se aproxima bastante de uma economia social, e que reflete verdadeira descoberta do fato social pelos economistas agrários.

Descrivendo esse fato Caldas usa expressões que nossos economistas deveriam meditar: "O fato social aflora vigorosamente na superfície do fato econômico, tendo em vista o forte conteúdo humano deste que interessa às próprias bases do aparelho de funcionamento da economia e também do sistema para distribuição e utilização da renda. Pode-se, pois, afirmar que os economistas praticaram a sociologia sem o saber, durante muito tempo, conduzidos simplesmente pela necessidade de abrir o campo de aplicação de normas e conclusões que exigem uma constante adesão humana para se transformarem numa realidade operacional".²³

Não há dúvida que o mundo agrário europeu, sobretudo o mediterrâneo, tem grande afinidade com o mundo americano, no que diz respeito à superposição e, ao mesmo tempo, contemporaneidade de camadas históricas,

a existência de comunidades multiétnicas e multinacionais, o impacto sobre as comunidades rurais de uma revolução industrial e sua marginalização em relação à revolução agrícola dos séculos XVIII e XIX.

Atualmente a sociologia rural européia parece voltar-se para os problemas do desenvolvimento. Seus temas habituais são 1) as atitudes e comportamentos face ao progresso, isto é, resistências culturais psico-sociais e sócio-econômicas, motivações, etc.; 2) as relações comunitárias de vizinhança, solidariedade e cooperação, num contexto de estratificação social, abrangendo as mudanças ocorridas na interação e desencadeadas pelos sistemas de modernização, mobilidade sócio-profissional e geográfica das populações rurais, intensificada pela adoção de novas tecnologias e pelas relações entre a cidade e o campo, bem como entre a agricultura e outras atividades econômicas; 3) o associativismo no meio rural, tanto de caráter profissional, cultural, recreativo como os movimentos de juventude; 4) os métodos e técnicas de divulgação na agricultura, encarados sob o aspecto da integração das atividades econômicas e das estruturas de produção e comercialização na lavoura; 5) a difusão de inovações, novas técnicas e novos conhecimentos; 6) a sócio-pedagogia da promoção rural, setor que também no Brasil, por necessidades próprias e também por influência francesa, teve grande expansão no começo da década de 60, quando foi encarado como necessária à formação de adultos e à educação de base; e ainda a substituição dos autodidatas na agricultura por profissionais especializados; 7) as ciências domésticas e a modernização do habitat rural; 8) os estudos sobre os objetivos do planejamento local e regional; 9) a influência na vida rural das transformações ocorridas nas zonas suburbanas, industriais e turísticas; 10) a previdência social na agricultura e seus efeitos, bem como ação social para a reestruturação das organizações agrícolas — campo de estudos inexistentes no Brasil, dado o caráter recente e restrito da previdência social mas que certamente representará importante filão nas décadas futuras e, finalmente 11) as pesquisas tecno-econômicas que levam em conta a participação da estrutura agrícola no quadro geral do desenvolvimento nacional.²⁴

Em tudo isso nota-se importante distinção entre os países mediterrâneos e os demais. Na maioria daqueles, tanto a formação universitária como os diversos serviços governamentais e de previdência não conseguem ainda, segundo juízo abalizado, atender às necessidades das ciências sociais.

Podemos agora tentar compreender a evolução da sociologia rural brasileira no que tem de original e na medida em que sofreu as influências norte-americanas e européias aqui descritas.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 – SOROKIN; Pitirim A; ZIMMERMAN, Carle A; GALPIN, Charles J. *A Systematic Source Book in Rural Sociology*. Minneapolis, 1930, v.1 p.53
- 2 – *ibid.* p. 7-142. É interessante ler o resumo de toda essa parte do livro, o censo de opiniões sobre a vida rural ao fim do capítulo citado, p. 142-46.
- 3 – Não é outra a conclusão da recente *Enciclopédia de Ciências Sociais*: "O estudo científico da sociedade rural como área especializada da sociologia é uma criação do século XX e, antes da segunda guerra mundial, esse fenômeno ocorreu principalmente nos Estados Unidos. Só depois de 1950 obteve essa disciplina apoio institucional em outros países".
LARSON, Olaf. Rural Society. In: INTERNATIONAL ENCYCLOPAEDIA OF THE SOCIAL SCIENCES. New York, MacMillan and Free Press, 1968. v. 13 p. 580.
- 4 – Uma definição moderna que se apóia na teoria dos sistemas é a de Larson: "A preocupação central no estudo sociológico da sociedade rural é a de sua organização social — os sistemas sociais ou subsistemas e suas inter-relações dentro da sociedade rural, com a sociedade urbana e a sociedade global. Este estudo tem sido feito através de vários ângulos: ecológico, cultural e relativo ao comportamento ("behavioral")". LARSON *op. cit.* nota 3 p. 580.
- 5 – SMITH T. Lynn. *The Sociology of Rural Life*. p. 3
- 6 – Como adiante se verá, a sociologia agrária, hoje subcampo da sociologia rural, *precedeu-a* nos países europeus e *sucedeu-a* na América. Sorokin, no seu *Source Book*, cita inúmeros e valiosos excertos de sociólogos agrários europeus que constituem, ainda hoje, sugestões válidas para estudos comparativos. (vol. 1, *passim*)
- 7 – SMITH, *op. cit.* nota 5 p.4
- 8 – *Idem*, p. 9-13. Cf. o roteiro de outros autores que tentaram igualmente uma síntese da sociologia rural, tais como, Dwight Sanderson, Lowry Nelson, Alvin Bertrand e Henri Mendras.
- 9 – Esse esquema clássico pode variar conforme os autores, permanecendo, no entanto, suas linhas gerais. Larson, por exemplo, enumera quatro categorias de investigações em sociologia rural: (a) estudos que usam o caráter rural ("rurality") como variável independente; (b) estudos comparativos de sociedades rurais; (c) estudos em que a sociedade rural fornece o contexto dentro do qual se analisam os sistemas familiares, ecológicos, culturais e de personalidade; (d) e finalmente os estudos de mudança social dentro de cada uma das três categorias anteriores.

- LARSON, Olaf. op. cit. nota 3. O contínuo tradicional-moderno, primeiro percebido em sociedades subdesenvolvidas, está conquistando adeptos a tal ponto que Larson pode afirmar: "O modelo tradicional-moderno, proposto por Lerner (1958) e adaptado por outros (Larson e Rogers, 1964) parece prometer grandes resultados para a análise da sociedade rural contemporânea" (P. 582). A obra de Daniel Lerner em que comenta os dados da pesquisa que dirigiu no Oriente Médio é LERNER, Daniel. *The Passing of Traditional Society. Modernizing the Middle East*. Glencoe, ILL., Free Press, 1958.
- 10 — Para todo o histórico que se segue veja-se SMITH, T. Lynn. *Sociologia rural*. Maracaibo, Venezuela, Universidad del Zulia, Facultad de Agronomía, 1963. p. 9-29. Esse depoimento é de grande valor dado que Smith foi um dos principais protagonistas do processo da emancipação e consolidação da sociologia rural nos Estados Unidos. Complementamo-lo com apontamentos de aula em curso ministrado por Lynn Smith na Universidade de Louisiana, em 1946, e em entrevistas com o mestre.
- 11 — REPORTS of the Commission on Country Life. Chapel Hill, The University of North Caroline Press, 1944. No prefácio Theodore Roosevelt afirmava: "se a vida rural deve tornar-se o que todos esperamos que seja, se a profissão de agricultor deve igualar-se a qualquer outra como uma forma digna e legítima de ganhar a vida, os rurícolas devem aproveitar-se de tudo que elevou o padrão de vida e a competência em outras profissões". (A 1a. edição é de 1910).
- 12— Quem quiser familiarizar-se com o importante estudo de Galpin e entender sua repercussão, poderá encontrá-lo em tradução portuguesa, em: PIERSON, Donald. (ed) *Estudos de ecologia humana*. São Paulo, Livraria Martins, 1948. p. 582 e seg.
- 13— Os três livros são *Rural Life in Argentina* de Taylor, (1948), *Rural México* de Nathan L. Wetthen (1948) e *Brazil, People and Institutions* de Smith (1946). Sobre este, de grande importância na sociologia rural brasileira e na interpretação do Brasil veja-se adiante. O livro de Lowry Nelson, *Rural Cuba* é de 1945.
- 14— Um dos primeiros parece ter sido o sociólogo rumeno Gusti, nas aldeias do Werey em 1940. Apud MENDRAS, Henri. *Sociologie du Milieu Rural*. In: GURVITCH, Georges. *Traité de Sociologie I* p. 315. Na equipe figuravam além do sociólogo rural, o agrônomo e o jurista.
- 15— MENDRAS, H. op. cit. nota 14 p. 316.
- 16— Ver ponto de vista contrário que reflete situação tipicamente européia e de país avançado, em Mendras: "Il n'en reste pas moins. . . que le milieu rural se définit par rapport à la ville. . . La société rurale est toujours un element dans une société plus large et, dans nos sociétés contemporaines, à dominance urbaine, un element marginal et dominé". MENDRAS, op. cit. nota 14 p. 317.
- 17— ANDERSON, C. Arnold. *Trends in Rural Sociology*. In: MERTON, et alii *Sociology Today*, p. 360
- 18— *ibid.*, p. 361
- 19— Hoje o método de Galpin é usado até para determinar áreas de vendas de grandes empresas.
LOOMIS, Charles P. & LOOMIS, Zona Kemp. *Rural Sociology*. In: LAZARSELD, et alii. *The Uses of Sociology*. p. 656-57. A descrição, partindo de quem parte não é desprezível. Ver supra o papel de Loomis na configuração da disciplina.

- 20— ANDERSON, op. cit., nota 18 p. 363.
- 21 — CALDAS, E. de Castro. Importance et Difficultés Spécifiques de la Recherche en Sociologie Rurale. *Revista Agronômica*, Lisboa, 49(3,4), 1966, Passim.
Nesse sentido é importante assinalar a contribuição da Fundação Calouste Gulbenkian através de seu centro de estudos de Economia Agrária e do grupo liderado por Henrique de Barros, ilustre economista vinculado ao Brasil por laços de afeto e inteligência.
- 22 — O que não quer dizer que faltem estudos rurais. Muito ao contrário, é notável a contribuição de geógrafos, etnólogos, antropólogos do conhecimento do meio rural português. Na linha empírica que nos interessa aqui, o estudo de Lynn Smith constituiu, ao que sabemos, estudo pioneiro e sem seguidores.
SMITH, T. Lynn. The Social Relationships of Man to Land in Portugal. *Sociologia* São Paulo, 25 (4):319-43 dez. 1963.
Esse substancioso ensaio sobre o agro português foi reproduzido como capítulo do livro: SMITH, T. Lynn. Viagens a Portugal. In: — *Organização rural, problemas e soluções*. São Paulo, Pioneira, 1971. p. 281-302.
- 23— CALDAS, E. de Castro. op. cit. nota 21 p. 1-2
- 24— idem, p. 9-10.
Cf. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. Centro de estudos de economia agrária. *Symposium Euro-Méditerranéen sur la Recherche en Économie et Sociologie Rurales*. Separata da *Revista Agronômica*, 49 (3,4), 1966 passim.

